

Políticas Públicas de Educação: um debate epistemológico

Donizete Medeiros de Melo¹
Elione Maria Nogueira Diógenes²

Resumo

Este texto traz um estudo epistemológico no campo das políticas públicas de educação com ênfase no campo multidisciplinar. O objetivo é analisar o conhecimento nessa área a partir da delimitação de estudos sobre as políticas educacionais. A pesquisa tem por base a obra de Janete Maria Lins de Azevedo (1997) e do estudioso Stephen J. Ball (2011). Acrescentamos o exame crítico de três artigos publicados em revistas especializadas. Tais fontes de pesquisa foram fundamentais devido à abordagem teórico-metodológica que os autores adotaram em suas pesquisas. Foram analisadas as correntes teóricas com base na produção sobre as políticas públicas de educação no contexto da reforma do Estado brasileiro neoliberal. Com isto, adotamos o método materialismo-histórico-dialético criado por Marx (1999; 1998). As análises apontam que as políticas públicas de educação se inserem num contexto histórico determinado por relações de poder assimétricas; as bases epistêmicas das políticas educacionais são complexas e transdisciplinares, o que torna essa área um campo multidisciplinar; e a produção do conhecimento contemporâneo acerca das políticas educacionais, no cenário do neoliberalismo vem dominando a relação Estado x Academia, reduzindo o investimento estatal no campo do financiamento para a investigação científica.

Palavras-chave: Epistemologia, Políticas Públicas de Educação, Multidisciplinaridade, Estado.

Public Education Policies: an epistemological debate

Abstract

This text brings an epistemological study in the field of public education policies with emphasis on the multidisciplinary field. The objective is to analyze knowledge from the delimitation of studies on educational policies. The research is based on the work of Janete Maria Lins de Azevedo (1997) and the scholar Stephen J. Ball (2011). We added the critical examination of three articles published in specialized journals. Such research sources were fundamental due to the theoretical-methodological approach that the authors adopted in their research. They were the currents as theoretical currents based on the public production of education in the context of the reform of the Brazilian neoliberal state. With this, we adopted the materialism-historical-dialectical method created by Marx (1999; 1998). The designation that public education policies are part of a historical context determined by asymmetrical power relations; the epistemic bases of educational policies are complex and transdisciplinary, which makes this area a multidisciplinary field; and a contemporary knowledge of the study of educational policies, in the scenario of neoliberalism comes the education of funding the study of the State x field of study of scientific research.

Keywords: Epistemology, Public Education Policies, Multidisciplinarity, State.

¹ Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0403-5449>. E-mail: donizete_medeiros@outlook.com.

² Pós-doutorado em Políticas Públicas (PGPP/UFMA). Professora Associada II no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9237-6667>. E-mail: elionend@uol.com.br.

Introdução

[...] a epistemologia das políticas educacionais sinalizaria para o estudo das condições de possibilidade, legitimidade, valor e limites do conhecimento científico que se pode produzir sobre as políticas educacionais (SAVIANI, 2017, p. 02).

A epistemologia no campo das políticas educacionais é compreendida por Saviani (2017) como relevante nas abordagens no campo teórico das políticas educacionais, marcando a legitimidade e os limites do conhecimento científico entre política e pedagogia. O autor define a análise epistemológica das políticas educacionais como uma ação científica que “[...] pressupõe a compreensão da política educacional como uma atividade que se exerce no entrecruzamento de duas ciências práticas: a ciência política e a ciência pedagógica” (SAVIANI, 2017, p. 01).

Neste artigo, trazemos algumas concepções de análises epistemológicas das políticas educacionais, que dialoga com outras áreas da ciência, como já mencionado. O objetivo é analisar o conhecimento nessa área a partir da delimitação de estudos sobre as políticas educacionais com ênfase para o seu campo multidisciplinar. São apresentadas as apreciações de alguns estudos no âmbito da produção acadêmica que debatem as políticas educacionais reconhecendo a sua dimensão entre as várias áreas do conhecimento, com destaque para educação, problematizando a análise por meio da perspectiva crítica enquanto teórico-analítico das políticas públicas.

Os estudos em políticas de educação têm avançado nos últimos anos e encontra-se em processo de construção, isto é, demanda sistematização e compreensão da política de educação. Em âmbito acadêmico, as pesquisas abrangem várias vertentes epistemológicas, acompanhando o desenvolvimento científico/acadêmico das pesquisas em políticas públicas, inserida no campo das ciências sociais e humanas.

A multidisciplinaridade das Políticas Públicas de Educação

No âmbito da política de educação, parte dos estudos visa à avaliação das políticas educacionais (CURY, 2007; BOLLMANN, 2010; RODRIGUES, 2013). Para Rodrigues (2013, p. 59) “[...] a área da educação foi pioneira no Brasil. Evidentemente, há que se levar em conta

as especificidades da área da educação que têm a avaliação como fundamento de sua prática: o ensino e aprendizagem”.

Saviani (2017) nos atenta para o resgate da análise da epistemologia da política educacional como característica da política na qualidade de ciência da prática, recorrendo para a dialeticidade do pensamento enquanto práxis. Tal atitude acadêmica parte do diálogo entre a política e a pedagogia, que conduzem e permeiam os processos educativos. Defendemos que, quando compreendemos as políticas educacionais em sua dimensão multidisciplinar, podemos debater e endossar outras vertentes teóricas e epistemológicas para o campo em estudo.

Com base nos estudos teóricos de Marx (1998, 1999, 2009) para ampliação da visão marxiana na compreensão e nos estudos do marxismo sobre a teorização do Estado capitalista/neoliberal, acrescentamos as contribuições críticas de Mészáros (2002). Como são várias as categorias do marxismo, para esta pesquisa, partimos de duas categorias estruturantes. A primeira é a análise da infraestrutura da sociabilidade neoliberal consolidada no Brasil a partir de 1990, em que se insere e emergem as políticas públicas. A segunda é a superestrutura na figura do Estado como uma estrutura jurídico-política, ideológica e econômica da sociedade.

Almeida e Silva (2013) sinalizam uma perspectiva crítica de análise da epistemologia para investigação da política educacional. Os autores compreendem que, em uma análise crítica, a pesquisa “[...] situa-se também como mediadora na articulação dos aspectos estrutural e superestrutural da realidade social. Ela é ideológica, constituindo-se também no cimento agregador do bloco histórico” (ALMEIDA; SILVA, 2013, p. 32). A teoria crítica, junto ao materialismo-histórico-dialético, norteou a pesquisa.

A gênese do modo de produção capitalista, a partir da teoria do marxismo histórico-dialético, possibilitou-nos analisar a realidade em que estamos inseridos de forma crítica. A compreensão partiu da análise histórico-crítica das concepções teóricas e epistemológicas das políticas públicas de educação, que se colocam por meio do movimento histórico da sociedade neoliberal, desde a década de 1990, no Brasil, com a doutrina do Estado Neoliberal.

Ao tratarem sobre a consolidação dos estudos em epistemologia no campo da política educacional, Almeida e Tello (2013) têm desenvolvido essa categoria de estudos a partir do desenvolvimento de três componentes. Para melhor ilustrá-los, confeccionamos o quadro 1:

Quadro 1 – Componentes para a análise dos estudos epistemológicos da política educativa

Componentes	Definição	Perspectivas/Posicionamentos/Enfoques
Perspectiva Epistemológica	É a cosmovisão assumida pelo pesquisador para guiar a pesquisa. Na metodologia da pesquisa, seria compreendida como a Teoria Geral.	Marxismo; neo-marxismo; estruturalismo; pós-estruturalismo; existencialismo; humanismo; positivismo e pluralismo.
Posição Epistemológica	É a Teoria Substantiva, ou seja, é o posicionamento político e ideológico adotado pelo pesquisador. Isto é, não são modos de ler a realidade, mas sim modos de construí-la em termos de refletividade epistemológica.	Neoinstitucionalistas; institucionalistas, clássico ou jurídico-legal; construtivismo político, ecletismo, pós-moderno, pós-modernista, neoliberal, funcionalista, crítico, humanista, economicista etc.
Enfoque Epistemológico	É a categoria na qual confluem a apresentação de método e a posição epistemológica do pesquisador; é o enfoque metodológico. A metodologia não deve ser concebida de forma isolada, porque constitui a epistemologia da pesquisa.	Está alinhada aos outros componentes: Perspectiva Epistemológica e Posição Epistemológica.

Fonte: Os autores (2021).

Vemos, no quadro 1, um esforço para a sistematização dos estudos em epistemologias da política educativa, de modo a definir e a consolidar a área. É importante não confundir temáticas de estudos em política educativa com as perspectivas e posicionamentos epistemológicos (ALMEIDA; TELLO, 2013).

Analizamos as obras considerando três pontos centrais para o enfoque da análise epistemológica: (1) como os autores concebem sua visão geral acerca da perspectiva epistemológica (teoria geral) adotada para as investigações em política educativa; (2) como se materializa a posição epistemológica (posicionamento político e ideológico) dos pesquisadores para a compreensão da política educativa; (3) como os autores apresentam o enfoque epistemológico da pesquisa. Nos três casos, foram observadas o movimento de compreensão das políticas educativas, por meio da dialeticidade.

Devido a vasta produção na área³, trouxemos obras que compreendem e que investigam a produção do conhecimento em políticas públicas de educação, não com o propósito de

³ Os estudos em epistemologia da política educacional são recentes no Brasil. Entre os principais pioneiros da temática, podemos citar os estudos internacionais em Tello (2012) e Ball (2011), e com a produção nacional a partir de Mainardes (2006, 2009, 2018); Tello e Mainardes (2012); Almeida e Tello (2013). Dessa forma, esta é uma área que se encontra em processo embrionário, tendo poucas produções na área e em processo de estruturação. Dado a especificidade de inserção do caráter multidisciplinar na política educacional, optamos por analisar apenas obras que tratam/aproximam-se do objeto em estudo, para desenvolver a pesquisa.

hierarquizar as produções e/ou privilegiar algumas e não outras, mas sim de trazer identidade para a análise dos estudos que tratam a episteme da educação no aspecto político. Nossa preocupação não foi em quantidade de trabalhos em uma amostra de grande escala. Portanto, focamos em cinco trabalhos acadêmicos, visando à validade da investigação.

O material elegido teve, como princípio descritivo para seleção, a abordagem que os autores usaram para construção das suas pesquisas, sendo a compreensão da epistemologia das políticas de educação e/ou o levantamento detalhado de obras que contribuem para educação e a pesquisa em política educacional.

A primeira obra selecionada foi “A educação como política pública”, de Janete Maria Lins de Azevedo⁴, escolhida para análise devido à sua relevância no campo de estudo. Esta é uma obra considerada clássica que sistematizou e desencadeou diversos estudos em políticas de educação e sua relevância para a política social. Em seu livro, a autora reúne a análise das principais abordagens e busca ir além da investigação das políticas públicas ao extrapolar o campo da sociologia e da ciência política, já sinalizando para o caráter interdisciplinar em enfoque do fenômeno. No quadro 2, trazemos o escopo da obra em questão.

Quadro 2 – Escopo da obra de Azevedo (1997)

Desenho e escopo	Trata as políticas sociais a partir da sua inserção em um espaço teórico-analítico próprio das políticas públicas, que representa a materialidade da intervenção do Estado, ou o “Estado em ação”. Insere-se a política educacional neste espaço, contextualizadas segundo as distintas vertentes analíticas.
Temas abordados	Abordagem neoliberal. Teoria liberal moderna da cidadania. Abordagem pluralista. Abordagem social-democrata. Abordagem marxista. Política educacional e as abordagens.
Correntes epistemológicas discutidas	Neoliberal; Pluralista; Social-democrata; Marxista.
Posicionamento epistemológico	Crítica – Reformista – a autora compreende as políticas educacionais a partir do movimento social considerando a transformação da sociedade mediante a introdução de reformas graduais e sucessivas na legislação e nas instituições já existentes a fim de torná-las mais igualitárias.

Fonte: Os autores (2021).

⁴ É professora titular da Universidade Federal de Pernambuco, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação (campus do Recife e do Agreste) e ao curso de Pedagogia (campus do Recife) e líder do grupo de pesquisa Políticas Públicas da Educação.

Em sua obra, Azevedo (1997) parte da compreensão das abordagens dos estudos na área da política educacional, inserindo-a na sua dimensão teórico-analítica no campo das políticas públicas, aprofundando tal análise com destaque à educação como uma política social. A autora destaca quatro abordagens de análise, são elas: neoliberal, pluralista, social-democrata e marxista. Para a nossa análise, trazemos as contribuições da autora acerca do destaque feito para a política educacional a partir de cada abordagem.

A abordagem neoliberal analisa a política educacional “[...] seguindo as categorias analíticas próprias à tradição de pensamento neoliberal, a sua dimensão enquanto política pública – de total responsabilidade do Estado –, é sempre posta em xeque” (AZEVEDO, 1997, p. 17). Nesta abordagem, “[...] concebe-se que a política educacional, tal como outras políticas sociais, será bem sucedida, na medida em que tenha por orientação principal os ditames e as leis que regem os mercados, o privado” (AZEVEDO, 1997, p. 17).

Tal abordagem tem sido alvo de crítica nos últimos anos nas pesquisas em políticas educacionais no Brasil (NATIVIDADE; NOMERIANO, 2017). Dado a reforma do Estado brasileiro em 1995 e a intensificação do projeto neoliberal, que tem se instaurado nos últimos anos no país, na forma do Estado neoliberal, temos observado uma materialização deste projeto ideológico nos meandros das políticas educacionais.

A segunda abordagem debatida por Azevedo (1997) diz respeito à abordagem pluralista. É destacado que, para os pluralistas, a política educacional “[...] se dá ao próprio papel da educação, tratada no contexto da questão da racionalidade e, portanto, da vinculação entre o conhecimento e a distribuição de poder na sociedade” (AZEVEDO, 1997, p. 28).

A terceira abordagem trazida pela pesquisadora é a social-democrata, na qual “[...] agregam-se os estudos que focalizam os sistemas de proteção social como uma totalidade” (AZEVEDO, 1997, p. 29). Tal abordagem leva como sua referência a abordagem da sociabilidade capitalista em países de capitalismo avançado da Europa, berço do capitalismo. Para os autores que defendem tal perspectiva, apesar de conhecerem os problemas que acompanham a gestão das políticas educacionais em meio a sociedade capitalista, não têm por suposto a total substituição do Estado (AZEVEDO, 1997).

Essa abordagem eclodiu durante a década de 1960 enquanto percepção do papel do *Welfare State* e os seus primeiros sinais de crise que levaram a sua ruptura no mundo. Uma

grande influência foi Esping-Andersen (1991) ao inaugurar uma geração de estudos que compara a concepção de Estado de bem-estar social, apoiados na tipologia dos três regimes de bem-estar: Regime liberal, Regime conservador-corporativo e Regime social-democrata. Tais estudos com essa abordagem contribuíram para a defesa de um melhor padrão de justiça nos marcos das sociedades capitalista a partir do Estado como conciliador entre o conflito capital e trabalho.

A quarta e última abordagem apresentada por Azevedo (1997) é a marxista. A autora aponta que, nesta tradição de pensamento, não é correto tomar o marxismo como uma simples abordagem, visto que, “[...] em se tratando de um paradigma, multiplica-se em um amplo leque de tendências e teorias” (AZEVEDO, 1997, p. 39). Nesta abordagem, a política educacional é um meio de garantir a sociabilidade da força de trabalho segundo o parâmetro do próprio capitalismo. A regulação estatal sobre a educação, conjugada a outras políticas públicas, constitui-se numa estratégia para regular e manter a possibilidade e continuidade do trabalho assalariado (AZEVEDO, 1997).

Entre as principais contribuições de Azevedo (1997) para os estudos em políticas públicas de educação, podemos destacar:

I. Trouxe o debate de possíveis caminhos teórico-metodológicos na investigação da educação como uma política social de natureza pública;

II. Discutiu o enfoque de distintas abordagens que norteiam os estudos sobre as políticas públicas, para nelas situar o tratamento que é reservado à educação nesta dimensão: como uma política de corte social;

III. Situou, por meio de um resgate histórico-teórico, as abordagens próprias aos estudos das políticas públicas pelo exame das vertentes: neoliberal, pluralista, social-democrata e marxista, para análise específica da política educacional, enfocando-a em sua dimensão macropolítica.

IV. Apontou um caminho teórico-metodológico que, face às especificidades da realidade brasileira, pudesse contribuir para iluminar as análises da política educacional a partir da sua dimensão e das ferramentas que são próprias da área em questão.

A segunda foi o capítulo “Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional”, de Stephen J. Ball⁵. Ele faz parte do livro *Políticas Educacionais: questões e dilemas*, dos organizadores Ball e Mainardes (2011). É um texto de grande relevância internacional que vem influenciando diversos pesquisadores no campo da política de educação no Brasil, sobretudo na consolidação de estudos teórico-metodológicos que visam compreender a epistemologia da política educacional. O quadro 3 apresenta o escopo da obra.

Quadro 3 – Escopo do capítulo de Ball (2011)

Desenho e escopo	Trata a política educacional por meio das transformações nas formas de provisão do setor público e na sociedade civil em um contexto de reformas.
Temas abordados	Provisão social. Setor público. Reforma educacional. Novo gerencialismo. Neoliberalismo. Estado. Sociedade Civil. Pesquisa em política educacional. Epistemologia profunda. Epistemologia de superfície.
Correntes epistemológicas discutidas	Realismo. Essencialismo. Reformista. Funcionalista. Pluralista.
Posicionamento epistemológico	Crítica – Reformista – o autor compreende as políticas educacionais a partir do movimento social considerando a transformação da sociedade mediante a introdução de reformas graduais e sucessivas na legislação e nas instituições já existentes a fim de torná-las mais igualitárias.

Fonte: Os autores (2021).

A análise da obra tornou-se fundamental, visto que tem sido mencionada com centralidade em estudos epistêmicos no campo político da educação na América Latina⁶, que estão trilhando as fronteiras da produção de pesquisa em epistemologia da política de educação. Ball (2011) discute as transformações nas formas de provisão do setor público e na sociedade civil no Reino Unido, apontando para um movimento não apenas local, mas em nível mundial (sociedades do mundo ocidental e das sociedades desenvolvidas). O autor também discute os estudos educacionais relacionados à pesquisa em políticas educacionais.

⁵ Professor do *Institute of Education – University of London*. Ocupa a Cátedra Karl Mannheim Professor Of *Sociology of Education*. É um dos mais conhecidos pesquisadores no campo das políticas educacionais.

⁶ Ver Mainardes (2017).

Ball (2011) apresenta dois tipos de epistemologia pertinente às pesquisas em política educacional, a “epistemologia profunda” e a “epistemologia de superfície”, trazendo um caráter crítico de análise, de forma construtiva e reflexiva. A epistemologia profunda considera questões mais amplas e densas dos pressupostos de poder, verdade e subjetividade. Consideramos, então, os pilares fundamentais da pesquisa, em termos ontológicos e epistemológicos. Na epistemologia de superfície, são compreendidas as relações entre conceptualização, desenho e condução da pesquisa e interpretação. São reflexões sobre o acesso a dados; o *status* de interpretação do ator, a validação do entrevistado e outras.

Para o autor,

[...] de variadas formas, nossa pesquisa e nossas conceptualizações científicas, podem ser fixadas em projetos políticos e processos sociais mais amplos, bem como em funções de gerenciar e neutralizar “problemas sociais”, apesar de uma fachada de objetividade obscurecer esse processo e posteriormente permitir ao pesquisador categorizar, profissionalizar e restringir-se a “problemas” específicos (BALL, 2011, p. 33).

Entre as principais contribuições de Ball (2011) para os estudos em epistemologias de pesquisa educacional, podemos mencionar:

I. Contribuiu teoricamente para os estudos epistemológicos de política educacional partindo de dois tipos de epistemologia no processo de pesquisa: epistemologia profunda e epistemologia de superfície;

II. Enfatizou a epistemologia profunda como relevante para os pesquisadores, já que se deve considerar uma abordagem que explicita e problematize os pressupostos teóricos empregados, bem como as bases discursivas ou econômicas estruturais profundas das políticas educacionais;

III. Questionou as análises de políticas como dominada por um pressuposto implícito, não discutido, de racionalidade, de que os processos de políticas são racionais, de que é um processo ordenado, coerente. Isso traz distorções ao trabalho empírico, pois a política não é um processo muito racional e ordenado, precisamos pensar sobre a base ontológica da política, precisamos pensar sobre a relação da política com a maneira como pensamos sobre como o mundo social funciona, de forma mais geral;

IV. Defendeu que as análises de políticas educacionais devem partir da concepção teórica crítica que precise reconhecer, identificar e defender as versões da política cultural da diferença que podem ser coerentemente combinadas com uma política social de igualdade.

A terceira é o estudo de Marilda Pasqual Schneider⁷, intitulado “Pesquisa em política educacional: desafios na consolidação de um campo”, que traz a relevância de se compreender as políticas educacionais como um tema em consolidação. Schneider (2014) menciona que:

Abrigados no guarda-chuva das ciências humanas e tendo as políticas públicas como espaço teórico-analítico próprio, os estudos em políticas educacionais encontram guarida em diferentes áreas de conhecimento, dando azo a uma variedade de abordagens e temáticas (SCHNEIDER, 2014, p. 09).

A autora assinala para a característica pertinente ao campo de estudo, ao passo que compreende e reconhece as várias abordagens temáticas presentes. Além de perfilhar que existe uma diversidade de áreas que podem acolher os estudos em políticas educacionais, mas aponta que é nas ciências sociais e humanas que a área encontra sua fonte fundamental de inspiração no que concerne ao uso de teorias e categorias analíticas (SCHNEIDER, 2014). No quadro 4, trazemos o escopo da obra.

Quadro 4 – Escopo do artigo de Schneider (2014)

Desenho e escopo	Aponta para a reflexão sobre as especificidades da pesquisa em política educacional, sua problemática e os desafios na consolidação de uma área de conhecimento que se encontra, atualmente, em franca expansão no país.
Temas abordados	Desafios. Pesquisa em política educacional. Pós-Graduação.
Correntes epistemológicas discutidas	Funcionalista.
Posicionamento epistemológico	Positivismo – incrementalismo – a autora parte da perspectiva que as decisões para implantação das políticas educacionais são determinadas de forma marginal, isto é, pela força de quem detém o poder.

Fonte: Os autores (2021).

⁷ Professora titular do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), atuando atualmente também como vice-coordenadora do programa.

Schneider (2014) debate o contexto de composição do campo de pesquisa em política educacional no Brasil por meio da apresentação de algumas especificidades para área, dada sua vinculação às políticas públicas e à ciência política. A autora propõe-se a debater os problemas e desafios na sua materialização por meio de uma abordagem crítica e dialética acerca da política educacional.

A pesquisadora evidencia, no campo da política de educação, a necessidade de construção de referenciais teórico-metodológicos adequados sobre a análise de políticas públicas e educacionais. Destacando como principais problemas da área na atualidade: (a) a falta de consistência e explicitação dos pressupostos teóricos que sustentam as análises; (b) o uso de autores de matrizes epistemológicas distintas, sem problematização; (c) a centralidade nos processos locais, sem articulação com contextos mais amplos.

As principais contribuições para o campo de estudo trazidas por Schneider (2014) são:

- I. Apontou como desafio coerente a busca e o uso consciente-reflexivo das abordagens teóricas e metodológicas do campo;
- II. Argumentou favoravelmente à construção de um arcabouço teórico-metodológico coerente com a escolha do objeto de pesquisa;
- III. Defendeu a pesquisa em política educacional a ser compreendida como uma área de conhecimento em construção;
- IV. Analisou as pesquisas em políticas educacionais como um campo teórico aberto a múltiplas e variadas interferências, favorecendo, em alguns casos, atitude descuidada no tocante aos parâmetros teóricos que modelam a investigação, mesmo as mais empíricas. Do mesmo modo, em alguns casos, costuma-se tomar “a indignação moral” como “justificativa teórica”.

O quarto é o texto “Pesquisa em política educacional e discurso: sugestões analíticas”, de Luciana Rosa Marques⁸, Edson Francisco de Andrade⁹ e Janete Maria Lins de Azevedo, que trazem a análise do discurso como possibilidades de apreensão de sentidos produzidos e

⁸ É professora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Integra a rede de pesquisa: *Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe).

⁹ É professor do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional (DAEPE/UFPE).

reproduzidos no processo de elaboração e de implementação de políticas educacionais. É destacado como “[...] necessário que o pesquisador desenvolva seu trabalho na direção do exame das lógicas da ação e das lógicas de sentidos no processo de elaboração e implementação de políticas públicas” (MARQUES; ANDRADE; AZEVEDO, 2017, p. 56).

Quadro 5 – Escopo do artigo de Marques, Andrade e Azevedo (2017)

Desenho e escopo	Identifica, na ‘Análise Crítica do Discurso’, possibilidades de apreensão de sentidos produzidos e reproduzidos no processo de elaboração e implementação de políticas públicas de educação.
Temas abordados	Política Educacional. Análise Crítica do Discurso. Campos Discursivos da Política Educacional.
Correntes epistemológicas discutidas	Perspectiva discursiva. Funcionalista.
Posicionamento epistemológico	Positivismo – incrementalismo – os autores partem da perspectiva que as decisões para implantação das políticas educacionais são determinadas de forma marginal, isto é, pela força e discurso de quem detém o poder.

Fonte: Os autores (2021).

Os autores defendem que a análise das políticas educacionais deve partir dos limites do campo da política em que o discurso é produzido, apropriado e ressignificado como um lugar de luta em que cada agente busca o reconhecimento de sua visão como objetiva. Este é um campo de poder que possui regras e desafios específicos. Com isso, é necessário que o foco da análise de políticas deve incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa no contexto da prática, fazendo-se indispensável relacionar os textos da política à prática.

Podemos destacar, como principais contribuições no campo da epistemologia da educação, que os autores:

- I. Propõem uma abordagem discursiva de análise das condições que possibilitam lutas hegemônicas como resultado de processos políticos que tramitam no campo da educação;
- II. Investigaram a política educacional a partir da Análise Crítica do Discurso compreendendo-a como prática articulatória, na qual se estabelece uma luta hegemônica pela fixação de significados, permitindo a construção de certos textos;

III. Colaboram para a compreensão que os estudos da política educacional em uma perspectiva discursiva devem analisar as lutas por hegemonia que resultam das disputas pela fixação de sentidos no campo da política educacional.

A quinta e última é o estudo de Solange Toldo Soares¹⁰, com o texto “A pesquisa em Política Educacional no Brasil: revisão de literatura”. Este foi um estudo produzido com o objetivo de sistematizar as produções no interior das políticas educacionais no Brasil. A autora revisa a literatura produzida na área com destaque para alguns pesquisadores que investigam a temática. A escolha do artigo ocorreu devido ao grande número de obras citadas e apreciadas a partir de um levantamento que a pesquisadora realizou.

Quadro 6 – Escopo do artigo de Soares (2018)

Desenho e escopo	Toma como base a Teoria Social de Pierre Bourdieu para revisão da literatura dos estudos de política educacional no Brasil.
Temas abordados	Política Educacional. Campo acadêmico. Revisão de literatura.
Correntes epistemológicas discutidas	Perspectiva pluralista. Funcionalista.
Posicionamento epistemológico	Funcionalista – coalisão de defesa – a autora argumenta que as políticas educacionais são produzidas com base nas relações entre os agentes e os sujeitos enquanto atores sociais que devem comprometer-se com a elaboração, execução e avaliação da política.

Fonte: Os autores (2021).

Em sua pesquisa, Soares (2018) defende que os trabalhos nesta categoria indicam que há necessidade de maior discussão sobre as teorias e metodologias utilizadas no campo acadêmico da política educacional. A autora constata e problematiza que “[...] os trabalhos analisados mostraram que há ausência teórica e de aprofundamento dos estudos em Política Educacional no Brasil” (SOARES, 2018, p. 07).

Em relação ao campo das tendências entre os objetos de estudo do contexto acadêmico da política educacional no Brasil, a autora constata: (a) O Estado, na sua relação com a sociedade civil, é um dos objetos de estudo das pesquisas com maior destaque; (b) A análise e

¹⁰ É assessora educacional na consultoria em política e gestão educacional pela Renova. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

avaliação de programas e projetos no campo educacional; (c) A relação dos estudos da Política Educacional com a gestão educacional; (d) A relação da política educacional com a formação de professores e a carreira docente; (e) As abordagens sobre concepções e teorias que fornecem base para os objetos de estudo em política educacional (SOARES, 2018).

Entre as principais contribuições do estudo de Soares (2018), destacamos que a autora:

I. Detectou que a composição do campo acadêmico da política educacional no Brasil constitui-se com a preocupação dos autores em discutir o conceito enquanto “campo” para se referir à área de pesquisa em política educacional no Brasil;

II. Constatou que as pesquisas consideram que há desafios e dificuldades do campo acadêmico da política educacional em relação às ferramentas teórico-metodológicas para a realização das pesquisas;

III. Problematizou a existência de lacunas que giram em torno da (in)definição dos objetos de estudo da política educacional, do nível de aprofundamento (ou falta dele) nas análises, da escolha e explicitação das teorias e metodologias utilizadas, e aprofundamento do diálogo com outras áreas de conhecimento.

A análise deste material nos ajudou a compreender como se encontra o panorama de produções acerca das políticas de educação no Brasil nos últimos anos, identificando as perspectivas e tendências epistemológicas das produções, visto que parte dessas não adentram a cientificidade das políticas públicas, levando como pressuposto a epistemologia do conhecimento que constitui a área. Algumas críticas e confrontos das obras são trazidas no tópico a seguir.

Políticas Públicas de Educação: perspectiva crítica

Como nossa análise fundamentou-se em uma perspectiva crítica acerca do tema à luz do materialismo-histórico-dialético, levamos em conta o que propõe Saviani (2017), no sentido de compreender as políticas educacionais como emergentes em uma estrutura e superestrutura social que se constituem a partir de forças econômicas que prevalecem a manutenção da ordem

neoliberal, tendo o Estado o papel de legalizar e legitimar a manutenção do *status quo* por meio do regime político prevalecente.

Os estudos em políticas de educação requerem dos estudiosos da área não simplesmente percebê-la como uma esfera burocrática, mas como um terreno fértil de possibilidades em dois sentidos: (a) produção do conhecimento e (b) transformação da realidade brasileira. Por esta razão, a compreensão teórica das políticas educacionais deve desvelar a ação prática do real em que se insere a política educacional.

O texto de Schneider (2014) aponta que “[...] uma das especificidades da pesquisa em política educacional consiste em tomá-la em sua relação com o Estado e no papel por ele assumido quanto à educação, em diferentes contextos históricos” (Ibid, p. 10). A autora reafirma a importância do papel do Estado como agente promotor das políticas de educação dado os diferentes contextos históricos e destaca que as políticas educacionais:

Resultam de processos complexos de negociação, compreendem diferentes níveis do processo educacional – desde governos, escolas, professores, até pais, alunos e comunidade em geral -, pesquisas em políticas educacionais associam a produção de dispositivos legais, mas também a produção de documentos e o trabalho do professor, relacionando-as com outras áreas de políticas sociais, tais como a familiar, a assistência social, a do trabalho, entre outras (SCHNEIDER, 2014, p. 10-11).

Isso nos atenta à dimensão social a qual se inserem as políticas públicas de educação, como produto de processos complexos, que requerem análises e cautela por parte do pesquisador, já que é por meio das políticas de educação que se estrutura todo o sistema social e educacional. Nesse sentido, torna-se importante o domínio do campo teórico para compreensão do real.

Schneider (2014) afirma que as políticas educacionais são concebidas tanto como produto quanto como processo. Como isso se constitui como uma de suas especificidades, representa ao mesmo tempo um de seus problemas e também um desafio para as pesquisas na área. Tal colocação aponta para o desafio de compreender as políticas públicas como um processo contínuo de autoafirmação epistêmica.

Para Mainardes (2017), os estudos das políticas de educação são abrangentes e tal como a educação é uma arena que não possui regras rigorosas de filtragem, sendo bastante inclusivo. Com isso, o autor o reconhece como:

[...] um campo complexo, visto que se caracteriza por ser um projeto científico e ao mesmo tempo um projeto político, ou seja, envolve uma “fronteira viva” entre o campo acadêmico e o campo político [...]. Além disso, envolve a análise de fenômenos cada vez mais complexos da realidade política, econômica, social e educacional (MAINARDES, 2017, p. 18).

A compreensão que tal área do conhecimento atravessa um projeto científico e ao mesmo tempo político é indispensável para os pesquisadores. Dadas as diversas realidades educacionais, devemos reconhecer que os estudos em e para políticas educacionais não devem apenas traduzir a realidade por meio de números e de teorizações, mas como uma possível forma de transformar essas realidades de maneira que não se favoreça a ordem econômica e que privilegie o respeito à dignidade humana na garantia dos seus direitos fundamentais, sem perder de vista a justiça e a igualdade social para distribuição das riquezas materialmente produzidas.

Conforme Mainardes (2017), como projeto científico, os estudos em políticas educacionais necessitam oferecer análises e conclusões consistentes, com base em critérios de cientificidade, tais como: objetividade, adequação e verificabilidade. Como projeto político, tais estudos devem estar sempre comprometidos em oferecer análises e conclusões socialmente referenciadas e politicamente engajadas, baseadas em critérios de normatividade política, tais como: legitimidade, eficácia em termos de justiça social, igualdade e criticidade.

Concordamos com o que traz o autor, na medida em que as pesquisas em política educacional são estruturantes e necessárias para a modificação do *status quo*. Como contribui Vieira (2007, p. 56), “no plano mais concreto dos sistemas educacionais que é o campo das instituições e dos poderes mediados por elas, as políticas contribuem tanto a reproduzir uma ordem estabelecida, quanto a transformá-la”.

Saviani (2017, p. 04), aponta que:

As políticas educacionais se formulam no cruzamento de duas ciências práticas, a política e a pedagogia, segue-se como conclusão inevitável que a tarefa precípua da epistemologia das políticas educacionais será precisar o estatuto teórico das ciências práticas. Nessa tarefa será preciso fazer intervir intencionalmente a categoria dialética da relação entre teoria e prática.

A dimensão dessas análises deve articular teoria e prática, posto que, ao realizarmos pesquisas no âmbito das políticas educacionais, discorremos e projetamos uma realidade que precisa ser envolvida e problematizada, pois compreendemos que não existe neutralidade no conhecimento científico em pesquisas no âmbito das ciências sociais e humana.

Marques, Andrade e Azevedo (2017, p. 58) compreendem que as políticas educacionais:

[...] expressam a multiplicidade e a diversidade da Política Educacional em dado momento histórico. Nesse movimento, as políticas que expressam as pretensões dos diversos grupos que constituem o Poder Público se materializam na gestão ao serem convertidas em ações estatais.

Tal análise direciona a compreensão das políticas educacionais como produto histórico. Por se propor a considerarem o papel da análise crítica do discurso nas políticas educacionais, os autores trazem uma abordagem a partir da concepção de compreensão do Estado e das forças políticas que estabelecem o processo de definição e execução das políticas públicas de educação.

Soares (2018), ao analisar alguns trabalhos produzidos entre 1994 a 2018, aponta que esses trabalhos demonstraram um “vácuo” teórico dos estudos em política educacional no Brasil. A autora afirma que tal resultado deve “[...] haver relação com a herança teórica do campo acadêmico da Política Educacional no Brasil e a forma como essas teorias foram apropriadas ao longo do tempo nas pesquisas” (SOARES, 2018, p. 08).

Por essa razão, parte das investigações em apreciação até o momento tende a destacar a complexidade da temática, enfatizando a necessidade de estudo, bem como aponta para o aprimoramento dos métodos de análise das políticas de educação. No quadro 7, sistematizamos como os autores compreendem a categoria de Estado e Política Educacional, com ênfase para a linha epistêmica em que discutem a pesquisa em política educacional.

Quadro 7 – Análise das categorias centrais e linha epistêmica

Autor/es	Estado	Política Educacional	Corrente(s) teórica(s)
Azevedo (1997)	Compreende o Estado como <i>locus</i> da condensação dos conflitos infiltrados por	Compreende que o campo conceitual deve compreender os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas	Enfoca a compreensão da política social com sua inserção em um espaço mais amplo, o espaço teórico-analítico das políticas

	todo o tecido social que se apresenta por meio das estruturas de poder e de dominação.	instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu princípio referente.	públicas em que se pode analisar as particularidades da política educacional contextualizadas segundo as distintas vertentes analíticas.
Ball (2011)	O Estado é compreendido a partir da passagem do <i>Welfare State</i> , percebido por meio da constituição de um novo gerencialismo do setor público que redefine o seu papel reestruturando-o e subordinando-o às forças produtivas do mercado.	Reflete em um panorama geral a dimensão em que se insere a política educacional por meio de um processo de reformas gerenciais que inferem e dão formas as políticas educacionais.	Apreende o desenvolvimento do campo epistemológico através da compreensão da pesquisa e conceptualizações científicas fixadas em projetos políticos e processos sociais mais amplos, bem como em funções de gerenciar e neutralizar “problemas sociais”.
Schneider (2014)	A autora não define o Estado, mas o compreende por meio do movimento histórico como uma estrutura própria e politicamente organizado responsável pela formulação, execução e avaliação das políticas educacionais.	Percebe a política educacional como relação com o Estado e no papel por ele assumido quanto à educação, em diferentes contextos históricos. Porquanto resultam de processos complexos de negociação, compreendem diferentes níveis do processo educacional – desde governos, escolas, professores, até pais, alunos e comunidade em geral. As políticas educacionais devem ser concebidas tanto como produto quanto como processo.	Entende que analisar o Estado em ação, deve ser o objeto de atenção de investigadores que pesquisam políticas públicas e educacionais. As pesquisas devem considerar como foco tanto os indivíduos quanto as instituições.
Marques, Andrade e Azevedo (2017)	O Estado é compreendido como campo de disputas, próprio de uma correlação de forças em que se rivalizam propósitos e estratégias no que se refere à elaboração e à implementação de respostas às demandas sociais.	As políticas educacionais expressam a multiplicidade e a diversidade em dado momento histórico. Nesse movimento, as políticas que expressam as pretensões dos diversos grupos que constituem o Poder Público se materializam na gestão ao serem convertidas em ações estatais.	Consideram que ao tratarmos da Política Educacional, estamos tratando de ideias e de ações governamentais, reconhecendo que a análise de política pública é, por definição, estudar o Estado em ação. Isso sem deixar de considerar que essa ação resulta de um jogo de forças que envolve a luta de amplos interesses sociais originários da sociedade civil e que representa a síntese possível dos resultados da luta de um determinado momento histórico.
Soares (2018)	O Estado é uma ficção jurídica.	Não traz uma definição conceitual ou analítica acerca da política educacional. Sua compreensão requer o desvelamento de quem são os agentes que elaboram, executam e avaliam a política.	A relevância de estudar a Política Educacional deve superar a partir da ciência, a desmistificação da crença no Estado como vilão, ou como aquele que é responsável pelo bem comum.

Fonte: Os autores (2021).

Os estudos de Azevedo (1997) e Marques, Andrade e Azevedo (2017) trazem uma definição clara do que esses autores compreendem por políticas educacionais e defendem que elas devem ser inseridas em um contexto social em que se deve apreender os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu princípio referente.

Já os estudos de Ball (2011) e Schneider (2014) trazem, mesmo que de maneira não explícita, uma definição do que compreendem sobre políticas de educação, em que percebem a política educacional como relação com o Estado e no papel por ele assumido quanto à educação, em diferentes contextos históricos, porquanto essas políticas resultam de processos complexos de negociação, compreendem diferentes níveis do processo educacional – desde governos, escolas, professores, até pais, alunos e comunidade em geral, sendo concebidas tanto como produto, quanto como processo.

Soares (2018) tende a não definir claramente o que entende por política de educação, apontando apenas para as análises do campo de pesquisa na área e não perfazendo uma linha epistêmica que deixe clara sua compreensão acerca do que entende por política de educação.

Tello (2012, p. 55) enfatiza que “[...] *la ausencia de posicionamientos explícitos en la investigación en política educativa atenta contra la solidez y coherencia del proceso de investigación*¹¹”. Desta maneira, compreendemos que, mesmo em análises que busquem a investigação epistêmica do campo das políticas de educação, como o caso do estudo realizado por Soares (2018), faz-se importante trazer um posicionamento explícito do que o pesquisador compreende por política educacional, visto que seu objeto de análise é a própria política educacional.

Outra questão pertinente é a compreensão do Estado nos estudos. Parte deles traz a importância desta categoria como fundante para a compreensão da temática de políticas públicas e políticas de educação. Todavia, para que os estudos no campo potencializem: “[...] *Una epistemología que asuma la connotación social, política y cultural del conocimiento y la investigación*¹²” (TELLO, 2019, p. 14). É necessário que os pesquisadores considerem o papel

¹¹ “[...] a ausência de posicionamentos explícitos na investigação em política educacional educativa atenta contra a solidez e a coerência do processo de investigação” (TELLO, 2012, p. 55; tradução nossa).

¹² “[...] Uma epistemologia que envolve a conexão social, política e cultural do contato e da investigação” (TELLO, 2019, p. 14; tradução nossa).

do Estado enquanto superestrutura política e jurídica que materializa o *corpus* para a compreensão das políticas de educação.

Soares (2018, p. 10; grifos da autora), no apontar dos resultados e análises das obras que verificou, aponta que em maioria as pesquisas enfatizam:

[...] a relevância de estudar a Política Educacional a partir das ações ou omissões do Estado, em nossa perspectiva (que construímos a partir de Pierre Bourdieu) constitui-se como *habitus* próprio do campo acadêmico da Política Educacional no Brasil.

A autora faz uma crítica para tal *habitus*, ao apontar que é necessário avançar no sentido das pesquisas em políticas educacionais, mediante a ampliação do campo da compreensão para o qual os estudos devem avançar para “[...] desvelar quem são os agentes que elaboram, executam e avaliam a política” (SOARES, 2018, p. 12). Soares (2018) conclui seu texto questionando-se “[...] Estamos envolvidos em termos de poder simbólico e econômico? Ou vamos acusar o Estado; quem é o Estado, mesmo?” (SOARES, 2018, p. 12).

Nas pesquisas em políticas educacionais, defendemos que não podemos analisar tal campo de maneira dissociada do Estado. Temos que assumir uma perspectiva crítica ao investigarmos políticas educacionais e, sobretudo, sua interligação com o Estado. Precisamos desvelar a realidade educacional por meio da política, inseridas em um contexto em que a totalidade é definida pelos interesses da ordem econômica neoliberal. Por essa razão, o Estado acaba por corroborar, por meio do seu arcabouço jurídico, a manutenção sociometabólica do capital, fazendo da esfera pública um espaço de interesses econômicos e privados, no qual se negam os conflitos sociais e majoritariamente se defendem os interesses econômicos dominantes.

Neste sentido, conforme Almeida e Silva (2013, p. 51; grifos dos autores):

A investigação das políticas educacionais não pode ser dissociada do estudo sobre o Estado. Na complexidade histórica não se pode desvincular Estado de mercado, quer dizer, as relações econômicas das relações políticas. Pode-se falar de hegemonia, no sentido de que as forças ligadas aos interesses do mercado, do lucro prevaleçam, no sentido de determinar um consenso, capaz de garantir *diretrizes públicas* voltadas para o interesse do capital [...].

Não podemos compreender políticas públicas de educação sem compreender o Estado no sentido de limitar os objetos da pesquisa do campo acadêmico da política educacional, como

questiona Soares (2018), ao afirmar que as pesquisas “[...] estão focados nas ações ou omissões do Estado; neste sentido, o Estado é visto como um sujeito a quem se atribui responsabilidades e culpa” (SOARES, 2018, p. 11)”. No entanto, devemos ir além dessa compreensão.

Devemos tratar o Estado no sentido colocado por Almeida e Silva (2013, p. 51, grifo dos autores),

Trata-se da hegemonia no sentido de que as tendências públicas imprimidas pelo Estado, quer conforme os interesses do *livre mercado* ou dos que propõem discipliná-lo ou suprimi-lo, exigem um consenso e um constrangimento que só podem se efetivar com o uso do aparelho governamental.

Por esta razão, compreender as políticas de educação por meio de um viés epistemológico que denuncie e visibilize as tensões políticas hegemônicas imprimidas nas tendências públicas que se coloca o Estado neoliberal na atual conjuntura do Brasil é indispensável para compreensão das políticas de educação, de modo que, “[...] a luta política (hegemônica) trava-se em torno da ocupação dos espaços do Estado, [e] os mecanismos de controle do público” (ALMEIDA; SILVA, 2013, p. 51).

Para que as pesquisas em política educacional tenham conotação social, política e cultural do conhecimento e da investigação, é necessário desbravar de maneira crítica e material a sociabilidade neoliberal, e todos os impactos nas políticas sociais, que sofrem ataques paulatinos conforme os interesses do capital. “O capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, *antes* mesmo de ser controlado [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 98; grifos do autor). É na ausência desta apreensão teórica que se fazem,

As perigosas ilusões de que se pode superar ou subjugar o poder do capital pela expropriação legal/política dos capitalistas privados surgem quando se deixa de levar em conta a natureza real do relacionamento entre controlador e controlado. (MÉSZÁROS, 2002, p. 98; grifos do autor)

Desta maneira, “[...] como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu *primado* sobre o *pessoal* por meio do qual seu *corpo jurídico* pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história” (MÉSZÁROS, 2002, p. 98; grifos do autor). É deste panorama que os pesquisadores devem partir ao analisarem políticas públicas de educação, se realmente buscarem a justiça social e o fim das desigualdades

sociais. É necessário, ser radical e “[...] ser radical é apreender algo em suas raízes” (MARX, 2010, p. 151).

Considerações finais

Toda política educativa, ao ser analisada, tem sempre um recorte que ganha espaço significativo a partir da análise situada na particularidade do momento histórico em que é concebida e, assim, deve ser compreendida pelas influências mais universais do sistema capitalista com seus antagonismos e contradições. As obras analisadas partem dessa dimensão de compreensão, o que demonstra que os pesquisadores estão preocupados com a essência da política e do fazer desta, considerando as tensões sociais implicadas na historicidade da luta de classes.

Nas obras analisadas, ressaltamos para a importância da teoria para o desenvolvimento das pesquisas em política educacional, e aprimoramento teórico-metodológico das pesquisas, sendo considerado indispensável e necessário para o contínuo fortalecimento enquanto campo acadêmico/científico, de modo que as pesquisas de políticas e para políticas de educação tenham validade teórica e científica para compreensão da realidade.

As abordagens no campo são diversas, e suas construções estão relacionadas aos objetivos e à forma como os pesquisadores desenvolvem o objeto de pesquisa. Entre as principais abordagens encontradas, tivemos a perspectiva pluralista. Tal abordagem mostra-se hegemônica no campo. Todavia, as obras analisadas apontaram para um *deficit* teórico nas pesquisas. Entendemos que o uso da perspectiva pluralista precisa ser aprofundada e repensada, pois seu uso teórico requer o domínio de várias teorias combinadas, o que pode contribuir ainda mais para inconsistência teórica nas pesquisas, visto que tal abordagem exige domínio teórico de várias teorias, podendo levar os pesquisadores ao ecletismo.

Deste modo, é possível compreender que existe uma fronteira epistemológica que atravessa as bases epistêmicas das políticas educacionais, configurando a esta área do conhecimento uma arena política e científica em construção. À vista disso, faz-se necessário que os pesquisadores dessa linhagem científica busquem arrematar o conhecimento científico ao conhecimento político, que perfaz a complexidade dos estudos das políticas educacionais.

Defendemos que as pesquisas em políticas educacionais devem ser compreendidas como formas rigorosas de produção do conhecimento para subsidiar e orientar a formulação de políticas educacionais, cabendo ao pesquisador o papel de mistificá-las, justificá-las ou questioná-las, e o mais importante, desmistificá-las e denunciá-las. Isso só acontece quando de fato estamos imersos na realidade social e partimos da estrutura social econômica, se realmente quisermos transformar a realidade.

Os estudos em políticas públicas de educação devem seguir permeados da compreensão da atuação do Estado neoliberal/capitalista como agente produtor das políticas educacionais e também o responsável por responder pelos interesses das classes dominantes. Por meio da base econômica e das políticas econômicas, tem se fortalecido a ideologia neoliberal, ampliando a atuação do mercado e globalizando a economia brasileira, ditando os rumos na implementação das políticas sociais, principalmente nas políticas de corte educacional.

Referências

ALMEIDA, M. L. P. de; TELLO, C. G. Consolidando o campo da investigação em política educacional. In: TELLO, C. G.; ALMEIDA, M. L. P. *Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional*. Campinas, Mercado de Letras. 2013. p. 9-24.

ALMEIDA, M. L. P.; SILVA, S. R. A perspectiva epistemológica de Gramsci e a pesquisa de políticas educacionais. In: TELLO, C. G.; ALMEIDA, M. L. P. *Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional*. Campinas, Mercado de Letras. 2013. p. 27-54.

AZEVEDO, J. M. L. de. *A educação como política pública*. 1. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 1997. 75 p.

BALL, S. J. *Education Reform: A Critical and Post-Structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. *Políticas educacionais: questões e debates*. São Paulo: Cortez, p. 21-53, 2011.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

BOLLMANN, M. da G. N. Revendo o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 112, p. 657-676, 2010.

CURY, C. R. J. Estado e políticas de financiamento em educação. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 831-855, 2007.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 24, p. 85-116, 1991.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. *Contrapontos*, v. 9, n. 1, p. 4-16, 2009.

MAINARDES, J. A pesquisa sobre política educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 33, p. 1-25, 2017.

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, 2018.

MARQUES, L. R.; ANDRADE, E. F. de; AZEVEDO, J. M. L. de. Pesquisa em política educacional e discurso: sugestões analíticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE*, v. 33, n. 1, p. 55-71, 2017.

MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2 ed. São Paulo, Boitempo, 2010.

MARX, K. *O Capital*. V. 1. 16. 16ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1998.

MARX, K. *Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política*. In: Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/criticadaeconomia.pdf>. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

MÉSZÁROS, I. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In: _____ *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOMERIANO, A. S.; NATIVIDADE, S. As políticas públicas educacionais brasileiras sob o avanço do ataque neoliberal na atualidade. In: DIÓGENES, E. M. N.; SILVA, M. da C. V. (orgs). *Políticas Públicas de Educação: episteme e práticas*. 1ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 1. cap. 01, p. 43-58.

RODRIGUES, M. M. A. *Políticas Públicas*. São Paulo: Publifolha, 2013.

SAVIANI, D. Epistemologias da política educacional: algumas precisões conceituais. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 2, p. 1-5, 2017.

SCHNEIDER, M. P. Pesquisa em política educacional: desafios na consolidação de um campo. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 19, n. 1, p. 5-13, 2014.

SOARES, S. T. A pesquisa em Política Educacional no Brasil: revisão de literatura. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 3, p. 1-17, 2018.

TELLO, C.; MAINARDES, J. La posición epistemológica de los investigadores en política educativa: debates teóricos en torno a las perspectivas neo-marxista, pluralista y posestructuralista. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, Arizona State University, v. 20, n. 8, p. 1-31, 2012.

TELLO, C. Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. *Práxis Educativa*, v. 7, n. 1, p. 53-68, 2012.

TELLO, C. Notas históricas y epistemológicas sobre el campo de la política educativa en latinoamérica. *Educação & Sociedade*, v. 40, 2019.

Recebido em: 09 dez. 2021.

Aceito em: 18 jul. 2022.